

Antropologia e medicamentos: uma aproximação necessária

Rogério Lopes Azize

É de surpreender que as duas palavras que nomeiam a temática deste dossiê, antropologia e medicamentos, não tenham se aproximado de forma ainda mais visível antes¹. Objeto comum em estudos na área de economia além, claro, de farmácia e medicina, é relativamente raro em estudos antropológicos. Mas os medicamentos estão por todos os lados: na publicidade, nos consultórios médicos, nas farmácias de presença massiva nas ruas, em nossa farmácia caseira, em nossos corpos, em nossos discursos e relações. Sobre os medicamentos é mais comum o acesso aos números, ao quantitativo, mas menos aos significados atribuídos e ao qualitativo. Mais comuns o discurso sobre os seus efeitos universais e fluxos globais, menos sobre sua vida local, como são consumidos, interpretados, trocados por gente de carne e osso. Este pequeno *gap* presta-se ao olhar antropológico e a iniciativa deste dossiê vem muito a propósito. É pressuposto da própria existência deste dossiê o de que as ciências sociais e humanas têm algo a dizer sobre a produção, os usos, a circulação, a divulgação e a regulamentação de medicamentos. Através de várias etapas, moléculas passam por processos de socialização, que podem ou não elevá-las ao estatuto de medicamento; e cada uma destas etapas oferece campo fértil e por vezes pouco explorado para/em pesquisas sócio-antropológicas. Passa da hora de se multiplicarem as pesquisas que pensam medicamentos; até porque medicamentos são bons para pensar, seja qual for sua área de atuação no campo da saúde e dos corpos humanos (e não apenas humanos, como veremos). E seja qual for a área de atuação do pesquisador.

¹ Alguns dos textos presentes neste dossiê foram apresentados em versões anteriores no Grupo de Trabalho “Antropologia e Medicamentos”, organizado por Soraya Fleischer, Guido Korman e por mim na Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em Curitiba em 2011. O número expressivo de artigos que recebemos é sintoma de que esta aproximação necessária vai se fazendo mais presente e visível.

Os medicamentos, como afirmou Soraya Fleischer a partir de pesquisa recente na Ceilândia (DF), têm se mostrado um “atalho etnográfico” fértil para falar de outras coisas que não somente eles mesmos. O tema, ela afirma sobre aquele caso de pesquisa, possibilita que se transite e se reflita sobre a “história do bairro, a relação com as esferas do SUS, a conjugalidade e o parentesco e as dinâmicas cotidianas dentro e fora de casa”. (2012:415) Esta coletânea de artigos na RAU mostra que, em outras situações etnográficas, o lugar de um bom atalho se mantém, e a lista de onde podemos chegar se amplia. Em outras palavras, pesquisas de caráter etnográfico que tomem para si a tarefa de falar sobre medicamentos podem chegar a hierarquias, noções de pessoa e de gênero, limites e continuidades entre o humano e o não-humano, biossociabilidades em diversos formatos, além de obviamente concepções de corpo, saúde e doença as mais variadas.

Trata-se então de encontrar os medicamentos dentro, fora, antes e depois de suas embalagens; em sua apresentação pública, mas também em suas fases de pesquisa, testes e socialização de moléculas; nos discursos de médicos e laboratórios farmacêuticos, assim como dos usuários finais; em suas prescrições oficiais, mas também nas agências e cosmologias variadas; na pretensão universalizante e nas dinâmicas locais, em seus fluxos sociais, em seus usos de classe social. “Caixas pretas”, no mundo dos medicamentos, podem ter cores e tarjas variadas.

Parece hoje evidente que medicamentos não ocupam um lugar simples e óbvio em mecanismos de diagnóstico e tratamento ou como parte do binômio saúde/doença. Os usos de medicamentos para fins de melhoramento sexual ou cognitivo, apenas para citar exemplos particularmente mais visitados, implodiu esta lógica e demonstrou que também as drogas chamadas legais podem ser usadas não apenas para lidar com a extensão da vida, mas também com suas intensidades. O uso tão comum da expressão “qualidade de vida” para se referir a um bom motivo para lidar de forma química com um determinado estado físico e/ou mental ajuda a pensar que estamos muito além de uma oposição simples entre normalidades e patologias (Azize, 2002). Nossos medicamentos circulam também hoje por uma gestão contínua da saúde, por uma construção farmacológica do sujeito, para agenciamentos que dialogam com a lógica biomédica, mas que estão para além dela.

Em comum, os textos a seguir compartilham a iniciativa de retirar os medicamentos de sua zona de conforto. Menos em suas moléculas e naturezas, mais em seus fluxos; mais invenções do que descobertas – e, quando descobertas, nem sempre planejadas, nem sempre controladas; mais usos, consumos, negociações, circulações, do

que simplesmente prescrições. Em outro registro, mas ainda incomodando zonas de conforto, a literatura recente mostra que a indústria que produz medicamentos está sob intensa suspeita. Multiplicam-se os livros e artigos, de autores com maior ou menor grau de inserção direta nos processos de produção, legislação e marketing dos/sobre os fármacos, que trazem críticas à indústria farmacêutica, entre as mais lucrativas do planeta. Laboratórios entreteriam uma relação de favores e presentes com a classe médica, manipulariam resultados na fase de testes de seus novos medicamentos e, no limite, participariam de um processo de criação de doenças, de reorganização de sintomas em novas nomenclaturas nosológicas, em busca da ampliação de mercado e lucros. Em relação com estes esforços estaria uma intensa medicalização e uma mais direta medicamentação da vida social, do cotidiano, de estilos de vida. Uma literatura de tom denunciatório e crítica mais direta à qual a antropologia deve somar esforços, sem abandonar o engajamento, mas procurando seguir, pela natureza de seu método, as sutilezas e os diversos atores envolvidos. Lidando com uma indústria deste porte, engajamento político e denúncia parece-me interessante e necessário (eu mesmo me uno a estes esforços de maneira evidente em Azize, 2010), mas são as pesquisas que iluminam os fluxos sociais pelos quais circulam os medicamentos as que me parecem mais interessantes de um ponto de vista antropológico. É nelas que veremos os medicamentos circulando não apenas pelo circuito mais fechado e evidente (mas não por isso pouco interessante) de laboratórios, farmácias, médicos e doentes. Aqui é possível entrever produtos farmacêuticos sendo repassados entre vizinhos, sendo utilizados ou acumulados em casa por razões que escapam à bula ou à lógica biomédica, ganhando significados que se relacionam, é importante salientar, com universos microscópicos, sejam eles o de um laboratório, seja o de um bairro, seja o do tratamento de uma doença, seja de uma tentativa de aprimoramento por via química. As páginas a seguir vão falar do específico de cada molécula, ou ao menos da relação que estes objetos mantêm com contextos locais, sendo modificados, transformados, reutilizados no nível local. Menos universais, menos estáveis, menos naturais; nas palavras de Stelio Marras em seu artigo, mais relações e menos termos, mais contexto e menos conteúdo.

Esforço antropológico central, trata-se aqui de desnaturalizar estes objetos, mas também refletir sobre o seu lugar não mais cativo entre as coisas da natureza. Vale dizer que tal zona de conforto vem sendo sistematicamente colocada em xeque; o próprio estatuto de uma substância enquanto medicamento pode ser visto como passageiro, tênue, como nos mostra a tese de Rosana Castro (2012), analisando o papel da ANVISA

no processo de regulamentação de medicamentos. Tomando como tema o debate sobre os psicotrópicos anorexígenos anfetamínicos no Brasil, Rosana nos apresenta medicamentos como uma categoria algo flutuante, em movimento, um estatuto que pode ser conferido, caçado, colocado em suspenso, revisto pelas disposições da agência sanitária. Fruto desta mesma tese é o artigo de Rosana Castro que faz parte deste dossiê. Trata-se de coisa tão rara quanto útil em qualquer campo de pesquisa: uma pertinente revisão bibliográfica sobre antropologia e medicamentos que situa o leitor, de forma crítica, entre as diferentes contribuições teóricas e metodológicas já formuladas sobre o assunto. Pela abrangência, o artigo de Rosana pode ser visto como uma ótima introdução ao campo de pesquisa, devido ao seu esforço de mapeamento bibliográfico, mas também de sua contribuição para além da bibliografia disponível.

Também em uma reflexão de caráter teórico e metodológico, Daniela Manica propõe refletir sobre a vida social dos medicamentos e sua possível biografia, enquanto objetos que habitam e transitam por espaços sociais. Trata-se de explorar ali uma concepção de “vida” para as coisas, tomando a noção de biografia em sentido literal, apostando em uma agência própria aos medicamentos e no fracasso das tentativas modernas de purificação dos objetos que pertenceriam, supostamente, ao mundo da natureza. Nos textos de Daniela e Rosana, sublinho, viaja-se por reflexões centrais no cruzamento entre antropologia e medicamentos; juntos eles fornecem excelente reflexão sobre a teoria e um mapa bibliográfico sobre a temática.

Se desnaturalizar é um esforço comum aos artigos, é específico do material de Jean Segata o movimento de desumanizar os medicamentos, ao mesmo tempo em que se humaniza o humor dos animais de estimação, cães especialmente. A partir de uma etnografia em pet-shops, o autor nos leva por pontes medicamentosas entre humanos e não-humanos, curiosamente construída pelo uso animal de medicamentos para o, supostamente, mais humano dos órgãos, o cérebro, e para tratar os mais humanos dos males, os da subjetividade. Entre descontinuidades e equivalências, Segata mostra que a medicalização dos animais pode ser uma pista para pensarmos os mecanismos de identificação entre preocupados humanos e seus tristes amigos.

Por sua vez, Eliana Diehl e Ledson Almeida contribuem com a única reflexão em contexto indígena, sobre a farmácia caseira Xokleng. Aqui veremos que os medicamentos, transpostos de seu contexto sociocultural de origem, passam a negociar com hierarquias locais, com o lugar do Estado enquanto provedor de saúde. Através dos medicamentos, importa-se, ainda que readaptada, uma visão externa do que seria o bom

provimento de produtos e serviços de saúde. Como veremos, os Xokleng apropriam-se do discurso biomédico, “mas a lógica das aldeias permanece”.

O texto de Stelio Marras propõe refletir, em seus termos, sobre os “ambientes nativos” dos medicamentos, seus contornos, invólucros e embalagens, o que ele identifica como a condição de trânsito entre o local e o universal, já que estes objetos carregam consigo uma estabilidade produzida em ambiente controlado, garantido pelos seus limites físicos. Mas, como costumam ser as tentativas de purificação, tem-se um resultado tênue, passageiro, como atestam seus prazos de validade. Tão evidente – no sentido de estar “diante dos nossos olhos” – quanto importante é o ponto de partida de Stelio. Uma excelente dica e exemplo para que lidemos de forma tão perceptiva com os medicamentos.

Philippe Pignarre investe em sua contribuição no problema da medida possível dos males do cérebro ou da mente – ou dos dois. Consciente de que os medicamentos, as doenças e as ferramentas de medição da subjetividade são inventados de forma simultânea e se apoiam mutuamente, ele não cairá em uma crítica fácil à psiquiatria biológica. Em outra direção, convida os usuários de antidepressivos a refletir e se tornarem atores de medições possíveis, agentes da intercomparação feita à sua revelia.

Em conjunto, temos aqui uma excelente contribuição sobre antropologia e medicamentos. Que inspire outros trabalhos, porque ainda estamos carentes de mais perspectivas etnográficas a respeito dos diversos aspectos que atravessam a vida social dos medicamentos. Por que a estrutura das bulas não são documentos que possam ser analisados, textos que possam ser interpretados? Por que suas caixas, cores, publicidade, produção, venda, consumo e circulação não poderiam ser alvo de análise e interpretação? As contribuições deste dossiê, originais e provocativas, deixam no ar um convite, que pesquisadores em ciências sociais, assim se espera, atendam. O prazo de validade dos medicamentos enquanto objeto inertes da natureza, universais e constantes está vencido.

Rogério Lopes Azize

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciências Sociais,
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional.

Referências Bibliográficas²

- AZIZE, Rogerio Lopes. *A química da qualidade de vida: um olhar antropológico sobre o uso de medicamentos em classes médias urbanas brasileiras*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- _____. Notas de um “não-prescritor”: uma etnografia entre estandes da indústria farmacêutica no Congresso Brasileiro de Psiquiatria. In: Torquist, C. S.; Maluf, S. W. (orgs.) *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- CASTRO, Rosana. *No fiel da balança: uma etnografia da regulamentação sanitária de medicamentos para emagrecer*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- FLEISCHER, Soraya. Uso e Circulação de Medicamentos em um Bairro Popular Urbano na Ceilândia, DF. *Saúde Soc.* São Paulo, v.21, n.2, p.410-423, 2012.

Recebido em: 03/09/2012

Aprovado em: 03/09/2012

² Foi uma opção minha ser econômico com referências bibliográficas nesta breve apresentação. É simples: todas elas estão nos artigos dos participantes.